

vida les destinadas à vigilância sanitária (e portos, aeroportos e fronteiras, ao controle médico dos estrangeiros que pretendam ingressar ou fixar-se no País e ao controle total dos produtos de interesse da saúde pública.

Parágrafo único. A Divisão Nacional de Fiscalização será integrada pelo Serviço de Saúde dos Portos, Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia, Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos, todos do Departamento Nacional de Saúde, pela Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes e pela Comissão Nacional de Hemoterapia.

Seção V

Da Divisão Nacional de Organização Sanitária

Art. 22. A Divisão Nacional de Organização Sanitária, dirigida por um Diretor, tem por finalidade estudar e colaborar nos assuntos de nutrição humana, incentivar e auxiliar a organização e o aprimoramento dos Serviços de Saúde das Unidades da Federação; executar ou orientar as atividades de caráter especial e aquelas resultantes de calamidade pública; promover atividades de proteção contra as radiações ionizantes e atividades no campo do saneamento ambiental, colaborando com outros órgãos correspondentes da Administração Pública; assistir tecnicamente às entidades de ensino; colaborar nos programas de desenvolvimento sócio-econômico de órgãos especiais; e promover as atividades normativas odonto-sanitárias.

Parágrafo único. Passam a integrar a Divisão Nacional de Organização Sanitária a atual Divisão de Organização Sanitária e a Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos do Departamento Nacional de Saúde, e a Comissão Nacional de Alimentação.

CAPÍTULO II

Seção I

Da Secretaria de Assistência Médica

Art. 23. A Secretaria de Assistência Médica, dirigida por um Secretário, compete promover e coordenar a assistência médico-social objetivando a proteção à maternidade, à infância e à adolescência; promover e coordenar a prevenção e a recuperação da saúde física e mental, bem como realizar perícias médicas.

Art. 24. A Secretaria de Assistência Médica será integrada pelos seguintes órgãos:

- I — Coordenação de Assistência Médica e Hospitalar;
- II — Coordenação de Proteção Materno-Infantil;
- III — Divisão Nacional de Saúde Mental;
- IV — Divisão Nacional de Câncer;
- V — Divisão Nacional de Perícias Médicas.

Seção II

Da Coordenação de Assistência Médica e Hospitalar

Art. 25. A Coordenação de Assistência Médica e Hospitalar, dirigida por um coordenador, tem por finalidade as atividades atinentes à recuperação da saúde, à reintegração social do indivíduo e à sua reabilitação; ao estudo e orientação da política hospitalar, estabelecendo normas e padrões para hospitais e serviços ambulatoriais; orientar a concessão dos auxílios e subvenções, na forma e condições determinadas em lei e regulamentos.

Parágrafo único. Passa a integrar a Divisão de Assistência Médica e Hospitalar a Divisão de Organização Hospitalar do Departamento Nacional de Saúde.

Seção III

Da Coordenação de Proteção Materno-Infantil

Art. 26. A Coordenação de Proteção Materno-Infantil, dirigida por um Coordenador, tem por finalidade planejar, orientar, coordenar, controlar,

auxiliar e fiscalizar as atividades de proteção à maternidade, à infância e à adolescência.

Parágrafo único. A Coordenação de Proteção Materno-Infantil é resultante da transformação do Departamento Nacional da Criança.

Seção IV

Da Divisão Nacional de Saúde Mental

Art. 27. A Divisão Nacional de Saúde Mental, dirigida por um Diretor, tem por finalidade planejar, coordenar e fiscalizar os serviços de assistência e reabilitação de psicopatas, assim como os serviços de higiene mental; assistir supletivamente a outros órgãos públicos e entidades privadas na prestação de serviço de proteção e recuperação da saúde mental; estabelecer normas e padrões para os serviços que são objeto de sua competência.

Parágrafo único. A Divisão Nacional de Saúde Mental é resultante da transformação do Serviço Nacional de Doenças Mentais.

Seção V

Da Divisão Nacional de Câncer

Art. 28. A Divisão Nacional de Câncer, dirigida por um Diretor, tem por finalidade planejar, orientar, coordenar, controlar e auxiliar as atividades de combate ao câncer, bem como estabelecer normas e padrões para sua prevenção e atendimento.

Parágrafo único. A Divisão Nacional de Câncer é resultante da transformação do Serviço Nacional de Câncer.

Seção VI

Da Divisão Nacional de Perícias Médicas

Art. 29. A Divisão Nacional de Perícias Médicas, órgão de caráter normativo, dirigida por um Diretor, tem por finalidade a coordenação, supervisão e controle de todas as tarefas médico-periciais do Serviço Público Civil, e as atividades consultiva e de assessoramento para assuntos específicos, no Ministério da Saúde.

Parágrafo único. A Divisão Nacional de Perícias Médicas é resultante da transformação do Serviço de Biometria Médica do Departamento Nacional de Saúde.

CAPÍTULO III

Do Departamento de Administração

Art. 30. O Departamento de Administração, dirigido por um Diretor, subordinado diretamente ao Ministro de Estado, tem por finalidade executar, orientar, promover e superintender as atividades relativas a pessoal, material, documentação, obras, comunicação, transporte e serviços gerais do Ministério.

Parágrafo único. O Departamento de Administração é integrado pelos seguintes órgãos:

- I — Divisão do Pessoal;
- II — Divisão de Obras;
- III — Divisão do Material;
- IV — Serviço de Comunicações;
- V — Serviço de Documentação;
- VI — Serviço de Transporte;
- VII — Serviços Auxiliares.

Art. 31. Os órgãos mencionados sob os itens I, II e III são dirigidos por Diretores, e os referidos sob os itens IV, V, VI e VII por Chefes, todos subordinados diretamente ao Diretor do Departamento.

TÍTULO IV

Dos Órgãos de Atuação Regional

Art. 32. As Delegacias Federais de Saúde, subordinadas diretamente ao Ministro de Estado e localizadas em todas as Unidades da Federação, compete na forma que for estabelecida em regulamento, exercerem, junto aos Estados, Territórios e Municípios, assim como junto a órgãos federais, e às entidades privadas, as atividades de natureza técnica e administrativa de interesse do Ministério da Saúde.

§ 1º As Delegacias Federais de Saúde são resultantes da fusão das Circunscrições do Departamento Nacional

de Endemias Rurais, das atuais Delegacias Federais de Saúde e das Delegacias Federais da Criança.

§ 2º. As Delegacias, dirigidas por Delegados, poderão ser reunidas em grupos regionais, dirigidas por Delegados Regionais.

TÍTULO V

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 33. Os Regimentos dos órgãos que integram a estrutura administrativa do Ministério da Saúde serão aprovados pelo Ministro de Estado e disporão sobre a estrutura, competência, atribuições, cargos e funções, jantinas, regime de pessoal e normas de funcionamento, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. Enquanto não forem aprovados os regimentos dos órgãos mencionados nos Títulos I e III deste decreto, vigorará a organização ministerial decorrente do disposto no Decreto nº 64.061, de 4 de fevereiro de 1969.

Art. 34. Considerar-se-ão extintos dentro de sessenta (60) dias contados desde a publicação deste Decreto todos os órgãos da anterior estrutura administrativa do Ministério da Saúde, não previstos nos Títulos I e III.

Parágrafo único. O prazo a que se refere este artigo poderá ser prorrogado por ato do Ministro de Estado.

Art. 35. Os cargos em comissão e as funções gratificadas pertinentes aos novos órgãos da estrutura do Ministério, resultarão da transformação de cargos e funções existentes, e da criação de novos cargos e funções, na forma da lei.

Art. 36. Considerar-se-ão extintos dentro de sessenta (60) dias contados da publicação deste Decreto, todos os cargos em comissão e funções de direção, chefia e secretariado, bem como os empregos da anterior estrutura administrativa do Ministério da Saúde que não tiverem sido transformados admitindo-se a prorrogação desse prazo, através de ato do Ministro de Estado.

Art. 37. A fiscalização financeira dos órgãos do Ministério da Saúde e das entidades que lhe são vinculadas será organizada e processada de acordo com a legislação vigente, complementada pelos atos e normas propostos pela Inspeção Geral de Finanças e aprovados pelo Ministro de Estado.

Art. 38. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 1970;

149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Ruy Vieira da Cunha

Marcos Pereira Vianna

DECRETO Nº 66.624 — DE 22 DE MAIO DE 1970

Dispõe sobre a Fundação Instituto Oswaldo Cruz

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica transformada a Fundação de Recursos Humanos para a Saúde em Fundação Instituto Oswaldo Cruz, e a ela incorporados o Instituto Oswaldo Cruz e o Serviço de Produtos Profiláticos do Departamento Nacional de Endemias Rurais, do Ministério da Saúde.

Art. 2º A Fundação Instituto Oswaldo Cruz, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita ao regime administrativo e financeiro estabelecido em seu Estatuto tem por finalidade realizar pesquisas científicas no campo da medicina experimental, da biologia e da patologia; promover a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores em ciências biomédicas, de sanitárias e

demais profissionais de saúde; elaborar e fabricar produtos biológicos, profiláticos e medicamentos necessários às atividades do Ministério da Saúde, às necessidades do País, e às exigências da Segurança Nacional.

§ 1º Passam a integrar a Fundação Instituto Oswaldo Cruz, o Instituto Fernandes Figueira do Departamento Nacional da Criança, o Instituto Nacional de Endemias Rurais do Departamento Nacional de Endemias Rurais, o Instituto Evandro Chagas, da Fundação Serviços de Saúde Pública e o Instituto de Leprologia do Serviço Nacional de Lepre.

§ 2º Os Institutos a que se refere o § 1º terão autonomia, na forma estabelecida no Estatuto.

§ 3º A Fundação será presidida pelo Diretor do Instituto Oswaldo Cruz a ser designado pelo Ministro de Estado.

Art. 3º Até que a lei venha a dispor a respeito, os bens imóveis, móveis e semoventes, integrantes do patrimônio da União e ora à disposição dos mencionados Instituto Oswaldo Cruz e Serviço de Produtos Profiláticos, serão utilizados pela Fundação, à qual caberá a sua guarda, conservação e administração.

Art. 4º Fica o Ministério da Saúde autorizado a firmar convênios com a Fundação Instituto Oswaldo Cruz para a execução dos programas de Coordenação e Execução de Estudos e Pesquisas e de Produção de Medicamentos, correndo as despesas à conta das dotações próprias consignadas no orçamento da União.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 1970;

149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Ruy Vieira da Cunha

Marcos Pereira Vianna

DECRETO Nº 66.625 — DE 22 DE MAIO DE 1970

Autoriza funcionamento de Curso

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, alterado pelo Decreto nº 842, de 9 de setembro de 1969, e tendo em vista o que consta do Processo nº 211.190-70, do Ministério da Educação e Cultura, decreta:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento do Curso de Ciências (Licenciatura do 1º ciclo), do Instituto de Formação de Professores do 1º ciclo, do Instituto Americano de Lins, em Lins, no Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de maio de 1970;

149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI

Jarbas G. Passarinho

(Nº 1.773-B — 21.5.70 — Cr\$ 10,00)

DECRETO-LEI Nº 1.105 — DE 20 DE MAIO DE 1970

Declara de interesse da Segurança Nacional, nos termos do Artigo 15, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial — Seção I — Parte I, de 21 de maio de 1970).

Retificação

Na 1ª página, 2ª coluna, nas referências, onde se lê: Benjamim Mário Baptista, leia-se: Antônio Dias Leite Júnior.